D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 06 de Março de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2471
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Saúde qualifica servidores para combater 'invisibilidade' das violências

Uma notificação bem feita pode salvar vidas e interromper ciclos de violência. Pensando nisso, nesta quinta-feira (05), a Secretaria de Saúde de Mangaratiba promoveu uma capacitação estratégica com foco na aplicação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e Programa Vida Além da Violência (VAV) na rede municipal de saúde.

O objetivo do treinamento é garantir que as equipes estejam aptas para identificar e notificar os casos de violência. Ao todo, 15 servidores, entre enfermeiros de ESF's, UBS's, Saúde Mental e programas especializados, foram qualificados para:

Identificar os para casos de violência (crianças, mulheres, idosos).
Notificar e preencher de forma qualificada a ficha SINAN
Conectar e estabelecer um fluxo ágil entre a Saúde, Educação e Assistência Social.

A proposta do treinamento também foi deixar os profissionais aptos para agirem de forma efetiva na notificação desses casos, o que não só protege a vítima, mas, se transforma em recursos e políticas públicas que protegem de verdade o cidadão.



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 13/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1053/2023 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA
Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do Contrato n° 013/2023, que tem por escopo a contratação de empresa especializada no fornecimento de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços, conforme Termo de Referência.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 54.550,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).
Dotação orçamentária: n° 02.02.01.04.122.0015.2016.3.3.90.39.00.
Prazo: Dá-se a este termo o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de vencimento do 2° Termo Aditivo ao contrato primitivo, com início em 16/03/2026 e término em 16/03/2027.
Data da Assinatura: Mangaratiba-RJ, 05, de março de 2026.

EXTRATO DO CONVENIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E A ASSOCIAÇÃO MÉDICA ESPIRITA CRISTÃ-AMESC- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 5319/2025
CONVENIADO: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONVENENTE: ASSOCIAÇÕA MÉDICA ESPIRITA CRISTÃ-AMESC
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021, Lei Complementar n°13.650/2018, Lei 0.080/90 e Lei Complementar 187/2021
Objeto: O presente convênio tem por objeto a formalização da pactuação de serviços de saúde da CONVENIADA no âmbito do Sistema Único de Saúde na modalidade de gratuidade, conforme a Lei Complementar n° 187/2021, que trata da concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), Estabelecendo-se o papel da CONVENIADA, sua integração na rede de saúde locorregional, tornando-o um efetivo instrumento na garantia da atenção integral à saúde e acesso ao SUS à população do Município de Mangaratiba/RJ.
Prazo: O prazo de vigência do convênio será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 04 de março de 2026.

PORTARIA N.º 1032 DE 06 DE MARÇO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LEANDRO AZAMBUJA MINSSEN, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 06 de março de 2026.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO Nº 5.234, DE 20 DE JANEIRO DE 2026

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços para contratação de bens, serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Mangaratiba, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe confere o artigo 92, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito municipal, o Sistema de Registro de Preços previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar procedimentos de contratação, garantindo economicidade, eficiência e planejamento das aquisições públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de governança, controle e transparência nas contratações públicas municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as atribuições dos órgãos envolvidos na gestão do Sistema de Registro de Preços;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre normas regulamentares do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, a serem observadas pela Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Mangaratiba.

§ 1º As disposições deste Decreto aplicam-se, no que couber, aos fundos especiais municipais.

§ 2º Quando a contratação envolver recursos da União ou do Estado, decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser observadas as normas previstas nos instrumentos de transferência e, nos casos omissos, as normas do ente concedente.

§ 3º As empresas públicas e sociedades de economia mista municipais poderão adotar, no que couber, as regras deste Decreto, observados seus regulamentos próprios.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

I – Unidade Gerenciadora: órgão responsável pelo gerenciamento e pelos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP;
II – Órgão ou entidade participante: órgão ou entidade responsável por manifestar interesse em participar do processo de registro formal de preços e integrar a ata de registro de preços;
III – Órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais do processo de registro formal de preços e não integra a ata de registro de preços;
IV – Detentor da Ata de Registro de Preços – ARP: a pessoa física ou jurídica ou o consórcio de pessoas jurídicas signatário da ARP;
V – Sistema de credenciamento de fornecedores: utilizado para o cadastramento dos participantes de procedimentos de contratação pública, promovidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
VI – Contratações corporativas: aquisições de bens ou contratações de serviços visando ao suprimento das necessidades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional;
VII – Intenção de Registro de Preços – IRP: conjunto de procedimentos realizados pelo órgão ou entidade gerenciador que visa coletar e consolidar as demandas dos órgãos ou entidades públicas que demonstrem interesse no objeto que será licitado;
VIII – Contratação compartilhada: contratação de bens, serviços ou obras realizada entre dois ou mais órgãos ou entidades, coordenada pela Secretaria Municipal competente pela gestão das contratações públicas, por meio de contrato centralizado ou registro de preços;
IX – Contrato centralizado: contrato administrativo gerenciado pela Secretaria Municipal competente pela gestão das contratações públicas ou outra unidade com competência técnica central;
X – Contratos por demanda variável: contrato administrativo com valor total fixado por estimativa de demanda máxima do contratante, com pagamentos efetuados de acordo com o quantitativo de serviços efetivamente prestados, conforme o valor unitário contratado para cada item definido na prestação dos serviços;
XI – Unidade central de compras: órgão ou unidade administrativa municipal responsável pela centralização das contratações públicas.

§ 1º A Secretaria Municipal competente pela gestão das contratações públicas possui a atribuição de atuar como Unidade Gerenciadora nos processos de registro formal de preços para contratações futuras.

§ 2º Quando o processo de registro formal de preços para contratações futuras for utilizado apenas por um órgão ou entidade pertencente à Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, a Unidade Gerenciadora poderá delegar, total ou parcialmente, a prática dos atos de controle e administração do SRP.

CAPÍTULO II
DAS HIPÓTESES PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 3º São hipóteses para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;
III – quando for conveniente a contratação para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;
V – outra hipótese em que seja a melhor escolha para o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que se enquadre nas hipóteses previstas nos incisos do caput e atenda aos seguintes requisitos:

I – exista termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizado, sem complexidade técnica ou operacional;
II – necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado;
III – haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES
Seção I
Do Órgão ou Entidade Gerenciadora

Art. 4º Caberá ao órgão ou à entidade gerenciadora, ou a quem ele delegar, total ou parcialmente, a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP, em especial:

I – realizar procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades;
II – consolidar as informações e demandas relativas ao objeto do registro de preços;
III – definir o objeto e demais informações necessárias para consolidar o termo de referência ou projeto básico;
IV – apurar o valor de mercado e o valor estimado da licitação ou contratação, a partir de ampla pesquisa ou de consulta às tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo;
V – promover os atos necessários à realização do procedimento, tais como os estudos técnicos preliminares e termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, além de efetivar os atos dele decorrentes, como assinatura da Ata de Registro de Preços, registro e publicação do extrato, bem como encaminhamento das cópias das atas aos órgãos ou entidades participantes;
VI – organizar os quantitativos individuais destinados aos órgãos ou entidades participantes em cada ata;
VII – gerenciar a Ata de Registro de Preços, especialmente o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o detentor, as quantidades e os valores a serem praticados;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

VIII – autorizar a adesão à Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade não participante, nas condições previstas neste Decreto;
IX – acompanhar os preços de mercado e registrados, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados;
X – avaliar a solicitação motivada de inclusão ou alteração de itens sugeridos pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal, promovendo, se for o caso, a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
XI – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou das obrigações contratuais;
XII – definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e entidades integrantes de outras esferas governamentais.

§ 1º As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes, observado como limite a quantidade total registrada para cada item.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º dispensa a autorização do detentor da Ata de Registro de Preços.

§ 3º O órgão ou entidade gerenciadora somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante caso haja sua anuência.

§ 4º As pesquisas de mercado e de valor estimado deverão observar as disposições do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável.

§ 5º A possibilidade de participação de outros entes, quando admitida, constará do aviso de intenção de registro de preços.

Seção II
Do Órgão ou Entidade Participante

Art. 5º Caberá ao órgão ou à entidade participante manifestar seu interesse em participar da licitação com vistas ao registro de preços, devendo:

I – encaminhar documento de formalização de demanda para fins de registro de preços devidamente preenchido;
II – solicitar, motivadamente, a adequação do termo de referência ou projeto básico encaminhado, ou a complementação desses documentos;
III – promover a formalização do contrato ou instrumento hábil, após autorização do órgão ou entidade gerenciadora;
IV – zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela aplicação de eventuais penalidades;
V – informar à unidade gerenciadora, no prazo de cinco dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do detentor da Ata de Registro de Preços;
VI – acompanhar preços e marcas registrados na imprensa oficial do Município.

Parágrafo único. Quando o processo de registro formal de preços para contratações futuras for utilizado apenas por um órgão ou entidade pertencente à Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, incumbirá ao órgão ou entidade demandante o planejamento e a instrução da fase preparatória do processo de licitação ou de contratação direta.

Seção III
Do Órgão ou Entidade Não Participante

Art. 6º O órgão ou entidade não participante interessado em aderir à Ata de Registro de Preços deverá encaminhar ao órgão ou entidade gerenciadora o pedido de adesão indicando o número da ata, o detentor, o item e a quantidade que pretende aderir.

§ 1º O órgão ou entidade gerenciadora somente responde pelos atos relativos à adesão da Ata de Registro de Preços, não lhe competindo o monitoramento e a administração dos atos posteriores ao deferimento do pedido de adesão.

§ 2º Ao órgão ou entidade não participante, em relação às suas contratações, competem os atos relativos:

I – ao acompanhamento dos preços e marcas registrados na imprensa oficial do Município;
II – à cobrança do cumprimento pelo contratado das obrigações assumidas;
III – à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades;
IV – à comunicação ao órgão gerenciador da aplicação de penalidades no âmbito da contratação decorrente da Ata.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA A FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º O Sistema de Registro de Preços será processado mediante procedimento licitatório ou contratação direta.

Art. 8º O procedimento do Sistema de Registro de Preços conterá as seguintes fases, observado o disposto na regulamentação municipal da etapa preparatória das contratações:

I – etapa preparatória;
II – Intenção de Registro de Preços – IRP;
III – seleção do fornecedor;
IV – formalização e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

§ 1º A etapa de intenção de registro de preços prevista no inciso II não será realizada na hipótese de realização de SRP por órgão detentor de demanda exclusiva.

§ 2º As fases descritas nos incisos II e IV são de competência exclusiva da unidade central de compras nas contratações compartilhadas.

§ 3º As fases descritas nos incisos I e III serão realizadas pelo órgão central de compras nas contratações compartilhadas, podendo ser delegadas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

§ 4º A etapa de intenção de registro de preços poderá ser dispensada, mediante justificativa, especialmente:

I – em razão da urgência da demanda;
II – demanda por quantitativo inexpressivo;
III – complexidade ou peculiaridade técnica do objeto;
IV – prejuízo à competitividade;
V – contratação decorrente de programa governamental cuja demanda seja centralizada.

§ 5º A demonstração de disponibilidade orçamentária será dispensada na adoção do SRP, sendo exigida apenas para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.
Art. 9º O exame e a aprovação prévia das minutas do edital, da ata e do contrato pela assessoria jurídica municipal dispensam nova análise jurídica pelo órgão participante no momento da formalização do ajuste contratual, desde que não haja alteração material dos instrumentos previamente aprovados.

Art. 10. O órgão gerenciador deverá priorizar o consumo das cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite estabelecido.

§ 1º Ressalvam-se os casos em que a cota reservada seja insuficiente para atendimento da demanda.

§ 2º Quando o saldo da cota principal for insuficiente, poderá haver contratação conjunta com a cota reservada.

SEÇÃO I
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 11. A unidade gerenciadora, no prazo mínimo de oito dias úteis, deverá formalizar a intenção de registro de preços, de forma a possibilitar a participação de órgãos interessados, mediante publicação oficial ou outro meio eficaz.

§ 1º Os órgãos deverão manifestar interesse ou recusa no prazo estabelecido.

§ 2º Havendo alteração de quantitativo após IRP, deverá ser reavaliada a estimativa de preços.

§ 3º Poderá ser limitado o número máximo de participantes, quando necessário.

§ 4º Poderá ser dispensada a publicação da IRP quando não houver ganho de escala ou houver prejuízo à competitividade.

SEÇÃO II
DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E REGRAS DO EDITAL

Art. 12. O registro de preços deverá ser efetivado mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, conforme a Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 13. O edital deverá prever, no que couber:
I – órgãos participantes;
II – especificação precisa do objeto;
III – quantidade mínima a ser cotada;
IV – possibilidade de preços diferenciados conforme condições justificadas;
V – possibilidade de proposta inferior ao quantitativo máximo;
VI – critério de julgamento por menor preço ou maior desconto;
VII – procedimentos para alteração de preços;
VIII – possibilidade de registro de mais de um fornecedor;
IX – vedação de participação simultânea em mais de uma ARP com mesmo objeto;
X – possibilidade e limite de adesões;
XI – hipóteses de cancelamento;
XII – prazo de validade da ARP;
XIII – critérios de aceitação do objeto;
XIV – minuta da ARP;
XV – quando cabível, minuta contratual e planilha de custos.

§ 1º Poderá ser utilizado o critério de maior desconto, inclusive para obras e serviços de engenharia, quando houver alta volatilidade de preços.

§ 2º O julgamento por grupo de itens somente poderá ser adotado quando demonstrada inviabilidade de adjudicação por item.

§ 3º Na contratação posterior de item de grupo, deverá haver pesquisa de mercado atualizada.

Art. 14. É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas seguintes hipóteses:
I – primeira contratação do objeto;
II – alimentos perecíveis;
III – serviços integrados ao fornecimento de bens.

Parágrafo único. Nessas hipóteses, deverá ser indicado valor máximo da despesa e será vedada adesão de outros órgãos.

Art. 15. A eventual referência a marcas deverá observar a Lei nº 14.133/2021, podendo ser utilizada para melhor especificação, acompanhada da expressão "ou similar".

CAPÍTULO V
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 16. A Ata de Registro de Preços – ARP deverá conter, dentre outras disposições:
I – o órgão ou entidade gerenciadora;
II – o detentor;
III – o objeto registrado;
IV – o valor total;
V – os órgãos ou entidades participantes;
VI – os preços registrados;

VII – os endereços de entrega;
VIII – as obrigações;
IX – as sanções;
X – as condições a serem praticadas.

Parágrafo único. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

Art. 17. A indicação da dotação orçamentária não é necessária no procedimento de registro de preços, sendo exigida apenas para a efetivação da contratação.

SEÇÃO I
DO CADASTRO DE RESERVA

Art. 18. A unidade gerenciadora poderá prever no edital a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor.

§ 1º A classificação dos integrantes do cadastro de reserva obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou do resultado final da fase de lances.

§ 2º A convocação dos fornecedores do cadastro de reserva ocorrerá quando:

I – o licitante vencedor for convocado e não assinar a ARP;
II – for cancelado o registro de preços, total ou parcialmente, do detentor da ARP.

§ 3º O edital poderá definir quantitativo máximo de fornecedores que assinarão a ARP.

§ 4º A habilitação dos licitantes do cadastro de reserva será realizada quando houver necessidade de contratação.

§ 5º O fornecedor habilitado substituirá o detentor original da ARP com quantitativos e prazos remanescentes.

SEÇÃO II
DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 19. Após a homologação da licitação ou contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
I – registro dos preços e quantitativos do adjudicatário;
II – registro, em anexo:

a) dos licitantes que aceitarem cotar com preços iguais;
b) dos licitantes que mantiverem proposta original após negociação;

III – respeito à ordem de classificação.

§ 1º O registro referido no inciso II tem por objetivo formação de cadastro de reserva.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

§ 2º O preço registrado será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Art. 20. O licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ARP no prazo estabelecido no edital.
§ 1º Salvo disposição contrária, o prazo será de dez dias, prorrogável uma vez.

§ 2º A ARP poderá ser assinada digitalmente.

§ 3º Para assinatura será exigida manutenção das condições de habilitação.

Art. 21. Na hipótese de o convocado não assinar a ARP, a Administração poderá convocar os remanescentes do cadastro de reserva.

Parágrafo único. Não havendo êxito:

I – poderá haver negociação com remanescentes;
II – poderá haver adjudicação nas condições ofertadas.

SEÇÃO III
DA CONTRATAÇÃO

Art. 22. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento, mas não obriga a Administração a contratar, sendo facultada nova licitação, desde que motivada.

Art. 23. A contratação com o detentor da Ata de Registro de Preços, caso seja celebrada, será formalizada por instrumento contratual, emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, de acordo com as exigências previstas no edital e na legislação vigente, observado, no que couber, o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação dos serviços nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na proposta apresentada, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

SEÇÃO IV
DA VIGÊNCIA DA ATA

Art. 24. A ARP terá vigência de 1 ano, contado da publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

§ 1º O contrato decorrente da ARP seguirá as regras da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Na prorrogação poderão ser renovados quantitativos até o limite original.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

SEÇÃO V
DOS CONTRATOS DECORRENTES DO SRP

Art. 25. Os contratos decorrentes da ARP deverão observar a Lei nº 14.133/2021 e serem assinados dentro da vigência da ata.

Art. 26. Quando o critério for maior desconto sobre tabela referencial, poderão ser observadas as variações da tabela, respeitado o percentual de desconto contratado.

SEÇÃO VI
DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 27. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

Art. 28. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I – em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
II – criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão nos preços;
III – previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação.

Art. 29. Os preços constantes da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes poderão ser reajustados ou repactuados após um ano, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Não se aplica o instituto da preclusão na hipótese de assinatura de contrato antes da revisão do preço da ARP.

Art. 30. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço de mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociação de redução.

§ 1º Caso o fornecedor não aceite reduzir, poderá ser liberado do compromisso sem penalidade.
§ 2º Poderão ser convocados fornecedores do cadastro de reserva.

§ 3º Não havendo êxito, poderá haver cancelamento da ARP.

§ 4º Havendo redução, os órgãos contratantes deverão avaliar necessidade de alteração contratual.

Art. 31. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir a obrigação, poderá requerer alteração mediante comprovação.

§ 1º O fornecedor deverá apresentar documentação comprobatória.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

§ 2º Não comprovada a inviabilidade, o pedido será indeferido
.

§ 3º Poderá haver cancelamento do registro.

§ 4º Poderão ser convocados fornecedores do cadastro de reserva.

§ 5º Comprovada a necessidade, o preço poderá ser atualizado.

§ 6º Os órgãos contratantes deverão ser comunicados.

SEÇÃO VII
DA ADESÃO

Art. 32. As ARPs poderão ser utilizadas por órgãos ou entidades não participantes, desde que prevista no edital.

§ 1º A adesão deverá ser precedida de manifestação formal e autorização do órgão gerenciador.

§ 2º Caberá ao detentor da ARP aceitar ou não a nova contratação.

§ 3º As contratações adicionais não poderão exceder 50% do quantitativo por órgão não participante.

§ 4º O limite global não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado.

§ 5º Não poderá haver adesão para demandas já conhecidas antes da licitação, salvo justificativa aprovada.

Art. 33. Poderá ser utilizada ARP de outros entes federativos, desde que comprovada a compatibilidade dos preços com o mercado.

§ 1º A adesão deverá ocorrer durante a vigência da ARP.

§ 2º O processo deverá conter:

I – justificativa de necessidade;
II – justificativa de vantajosidade;
III – demonstração de compatibilidade de preços;
IV – consulta ao órgão gerenciador;
V – aceite do fornecedor;
VI – parecer jurídico.

§ 3º Para aquisição emergencial de medicamentos e insumos médico-hospitalares, poderão ser aplicadas exceções legais aos limites de adesão.

CAPÍTULO V
DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 34. O registro poderá ser cancelado:
I – descumprimento das condições da ARP;
II – recusa em firmar contratação;
III – inexecução contratual;
IV – incompatibilidade com preços de mercado;
V – interesse público devidamente comprovado;
VI – fato superveniente;
VII – suspensão de contratar;
VIII – declaração de inidoneidade;
IX – acordo entre as partes;
X – decisão judicial

.

§ 1º O detentor será notificado formalmente.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar cancelamento mediante justificativa.

§ 3º O cancelamento não afasta apuração de responsabilidade.

SEÇÃO I
DAS SANÇÕES

Art. 35. Aplicam-se ao Sistema de Registro de Preços e às contratações dele decorrentes as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal responsável pelas contratações poderão expedir orientações complementares, solucionar casos omissos, disponibilizar modelos padronizados e apoiar a execução deste Decreto.

Art. 37. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação para operacionalização dos procedimentos do SRP.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente atos normativos municipais que disciplinem o Sistema de Registro de Preços em desconformidade com as disposições deste Decreto e com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Mangaratiba, 20 de janeiro de 2026.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5.247 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.613/2025 - Lei Orçamentária Anual para 2026, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da **Prefeitura Municipal de Mangaratiba, no valor de R$ 1.029.209,21 (Um milhão, vinte nove mil, duzentos e nove reais e vinte e um centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

Ficha	Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação
481	02.05.01.12.361.0003.2048	3.1.90.11.00	25401070	R$ 882.014,26
480	02.05.01.12.361.0003.2048	4.4.90.52.00	15460000	R$ 147.194,95
	TOTAL			**R$ 1.029.209,21**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao Artigo 5º da Lei nº. 1.613 de 22 de outubro de 2025, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2026, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de Superávit Financeiro apurado em 31 de dezembro de 2025 na Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Conta nº 18997-9 / Agência 3836-9 Banco do Brasil, (FONTE DE RECURSO 25401070 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 70% e FONTE DE RECURSO - 15460000 - FUNDEB – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 11 de fevereiro de 2026.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO N.º 5.251, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais **e tendo em vista o Processo Administrativo nº 825/2026**,

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica considerado estável, de acordo com o artigo 31, da Lei n.º 05/91 e Emenda Constitucional n.º 19/98, que deu nova redação ao Artigo 41 da Constituição Federal do Brasil, os Servidores aprovados no Concurso Público homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito em 08 de agosto de 2022, através do Edital Nº 005/2022, admitidos conforme a data de admissão ao lado dos respectivos nomes, constantes na relação que passa a ser parte integrante do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de fevereiro de 2026.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO
10643	ADRIANA FAGUNDES DE SANTANA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10624	ALEXANDRE BERNARDINO DE OLIVEIRA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10665	ALINE DA SILVA QUINTANILHA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10703	ALINE MENDES PORTELA LOUREIRO	MERENDEIRA	19/12/2022
10657	AMANDA ANTUNES DOS SANTOS	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10724	ANDRE HENRIQUE DOS ANJOS ANTUNES DA SILVA	MERENDEIRO	19/12/2022
10661	ANA CARLA SILVA DO NASCIMENTO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10681	ANA PAULA LOURO DE CARVALHO	MERENDEIRA	19/12/2022
10577	ANNA CAROLINE ANASTACIA TAVARES DOURADO RANGEL	PROFESSOR II	16/03/2022
10698	ANIELI DA SILVA GUERRA	MERENDEIRA	19/12/2022
10650	CARLA CRISTINA COSTA GONÇALVES	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10647	CARLOS ROBERTO CASTRO DE JESUS	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10700	CINTIA CRISTINA DA SILVA NUNES	MERENDEIRA	19/12/2022
10639	CRISLENE PEDRO DE OLIVEIRA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10637	CLEIDE FERNANDES DA COSTA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10728	CRISTILENE FONSECA SANTOS	MERENDEIRO	19/12/2022
10640	DANIELA SILVEIRA DE ASSIS	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10675	DAVID LEITE DE CARVALHO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10679	DEBORA ALVES JOSÉ	MERENDEIRA	19/12/2022
10688	ELIAS DE JESUS BATISTA	MERENDEIRO	19/12/2022
10709	ELISABETE DE SOUZA ANDRADE	MERENDEIRA	19/12/2022
10646	ELISABETE DA SILVA CARVALHO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10629	FABIANA PEREIRA SOARES	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

10648	FABIANE DA CONCEIÇÃO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10673	FABIO RIBEIRO DOS SANTOS	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10694	FERNANDA BARROSO FRAGAS	MERENDEIRA	19/12/2022
10689	FELIPE AZEVEDO SILVA	MERENDEIRO	19/12/2022
10635	FRANCINEIDE DE SOUZA NOGUEIRA MOTTA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10712	GABRIELA COSTA DOS SANTOS	MERENDEIRA	19/12/2022
11011	GABRIELLA DE MACEDO CONFORTO	PROFESSOR II	03/08/2022
10705	GEORGE HUDSON BASTOS DA COSTA FERREIRA	MERENDEIRO	19/12/2022
10718	GISELE PRATA NUNES	MERENDEIRA	19/12/2022
10654	IVANA GLACY MIRANDA MORENO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10719	JAQUELINE MARTIN DE SOUZA MATOS	MERENDEIRA	19/12/2022
10645	JANAINA DA SILVA AZEVEDO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10626	JANETE RAMOS	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10732	JEANNETE RAMOS CAETANO SOUZA	MERENDEIRA	19/12/2022
10722	JESSICA MARIA DE MELO SILVA	MERENDEIRA	19/12/2022
10702	JOSÉ GALDINO DA SILVA	MERENDEIRO	19/12/2022
10676	JOSÉ RENAN FERNANDES DA SILVA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10633	JOSE UMBERTO SIMÕES QUEIROZ	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10701	LAIS DE CARVALHO FARIAS	MERENDEIRA	19/12/2022
10651	LUCIENE DA SILVA DE OLIVEIRA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10692	LUDMILA MOREIRA DOS SANTOS	MERENDEIRA	19/12/2022
10628	LUSINETE DA CONCEIÇÃO PACHECO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10659	MADALENA DA SILVA MARA DE OLIVEIRA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10727	MARCIA GOMES DE CASTRO	MERENDEIRA	19/12/2022
10695	MARIA DILMA TEIXEIRA GOMES DE SOUZA	MERENDEIRA	19/12/2022
10671	MARILENE FERREIRA PINTO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

10644	NARA DA SILVA TAVARES	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10708	NELI DE CARVALHO FARIAS	MERENDEIRA	19/12/2022
10726	NIVIA DA SILVA RODRIGUES	MERENDEIRO	19/12/2022
10627	RAFAEL MARQUES LIMA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10678	RAMIRO DIAS PEREIRA PRADO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10729	RENATA TESTA LIBERATORI	MERENDEIRA	19/12/2022
10684	RAQUEL COUTINHO MARQUES	MERENDEIRA	19/12/2022
10716	REGINALDO RODRIGUES NEVES	MERENDEIRO	19/12/2022
10711	ROBERTA CRUZ DE FRANÇA	MERENDEIRO	19/12/2022
10669	ROBERTA SILVA RODRIGUES	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10631	RODRIGO PEREIRA DE OLIVEIRA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10685	ROSANE BARBOZA SANT´ANA	MERENDEIRA	19/12/2022
10717	ROSANGELA OLIVEIRA NUNES	MERENDEIRA	19/12/2022
10658	RUTH SHEYLA MAGALHÃES DA SILVA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10641	SIMONE NERY RODRIGUES DA SILVA DE CARVALHO	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10682	SUSANA KELI SIMÕES DE ARAUJO GUINODI	MERENDEIRA	19/12/2022
10686	SUZANA RAMOS EL HARIRI	MERENDEIRA	19/12/2022
10721	TAIS DE MACEDO PINHEIRO	MERENDEIRA	19/12/2022
10630	VALERIA CASTILHO DE SOUSA	SERVENTE ESCOLAR	19/12/2022
10713	VANESSA SPALLA AMORIM	MERENDEIRO	19/12/2022
10668	YASMIM BROJO AYRES DO NASCIMENTO	SERVENTE ESCOLAR	19/02/2022

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO N.º 5.252, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

Modifica nomenclatura de Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Artigo 56 da Lei Complementar n.º 41, de 31 de janeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º Fica modificada a nomenclatura dos seguintes cargos vinculados à estrutura administrativa municipal, sem aumento de despesa, conforme especificações abaixo:

I – Os cargos de Diretor Adjunto de Escola de Grande Porte e Diretor Adjunto de Escola de Médio Porte passam a denominar-se **Coordenador de Apoio Educacional**;

II – Os cargos de Diretor Geral de Escola de Pequeno Porte e Diretor Geral de Centro de Educação Infantil passam a denominar-se **Assessor Educacional I**;

III – Os cargos de Diretor Adjunto de Escola de Pequeno Porte e Diretor Adjunto de Centro de Educação Infantil passam a denominar-se **Assessor Educacional II**.

Art. 2º A alteração de nomenclatura prevista neste Decreto não implica criação de novo cargo nem modificação de vencimentos, permanecendo válidas todas as disposições legais e regulamentares anteriormente aplicáveis.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 26 de fevereiro 2026.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal